



Perspectivas Feministas para a relação: patrocínio institucional do adiamento da maternidade e as relações de poder nas organizações

Feminist perspectives for the relationship: institutional sponsorship of the postponement of motherhood and power relations in organizations

*Viviane Cordeiro de Almeida*¹

RESUMO

O artigo propõe uma análise teórica da correlação entre: feminismo materialista, relações de poder nas organizações e o comportamento reprodutivo contemporâneo. A análise extrapola a perspectiva biológica das relações de gênero abordando as historicidades intrínsecas nas dimensões políticas, econômicas e discursivas das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Materialista. Relações de Poder nas Organizações. Foucault.

ABSTRACT

The article proposes a theoretical analysis of the correlation between: materialist feminism, power relations in organizations and contemporary reproductive behavior. The analysis extrapolates the biological perspective of gender relations by addressing the intrinsic historicities in the political, economic and discursive dimensions of social relations.

KEYWORDS: Materialistic Feminism. Power Relations in Organizations. Foucault.

* * *

Introdução

O aumento do interesse na preservação da fertilidade feminina, informalmente denominado congelamento de óvulos, conforme Mertes e Pennings (2011), levou algumas empresas americanas do segmento de tecnologia adicionar ao seu rol de benefícios o patrocínio financeiro para realização do procedimento. O benefício é ofertado para as colaboradoras de

¹Doutora e Mestre em Administração pelo Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA da PUC Minas, Especialista em Controladoria e Finanças, possui MBA em Gestão Estratégica de Pessoas, Membro do NERHURT - Núcleo de Estudos em Recursos Humanos e Relações de Trabalho (NERHURT). Profa. de Pós-Graduação do Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, Brasil. E-mail: viviane@vmcontabil.com

médio e alto escalão que manifestem o interesse de postergar a maternidade (MINTER, 2014).

Embora uma gama de generosos benefícios rotineiramente são concedidos aos trabalhadores de médio e alto escalão dos setores de tecnologia, indústria e construção, com a oferta deste novo “benefício” há temores de que por detrás desta oferta estejam presentes, desigualdades ocultas de gênero e coerção. Tal prática pode sugerir equivocadamente a perpetuação da ideia de que tanto a gestação, quanto o nascimento dos filhos são fatores limitantes para as mulheres que queiram exercer seu trabalho de forma plena e eficiente, sugerindo portanto, investigações e/ou debates a cerca de tal patrocínio (GRANT, 2016).

Percebe-se, que as pressões sociais, educacionais e financeiras muitas vezes levam as mulheres a postergarem a maternidade (MASON, 2013). Acredita-se que, dentre outros aspectos, esta demanda social por procrastinação da maternidade esteja ligada à crença de que atualmente seja possível neutralizar a ação do tempo sobre o potencial reprodutivo feminino. Lockwood (2011), destaca que ao congelar os ovúlos de uma mulher aos 30 anos, pressupõe "congelar a tempo" o seu potencial de fertilidade e expande a chance de uma gravidez saudável, em um momento de sua escolha.

Deste modo, a possibilidade de mulheres saudáveis criopreservar seus óvulos para engravidarem em um momento em que consideram mais oportuno ganhou impulso nos últimos anos (MASON, 2017). Elas tendem a fazê-lo quando estão na faixa etária dos 30 anos, contudo, do ponto de vista médico, este é o momento em que a quantidade e a qualidade dos óvulos já diminuíram consideravelmente e as taxas de sucesso para finalmente estabelecer uma gravidez saudável são, portanto, limitadas (MERTES; PENNING 2011). Lockwood (2011), corrobora ao destacar que por vezes, o congelamento social de ovúlos tende a propiciar uma perspectiva de “imortalidade” reprodutiva, no entanto, esta perspectiva pode se constituir em uma ilusão perigosa.

A proposta deste trabalho defende a potencialidade da aplicação da perspectiva pós-estruturalista, particularmente aquela apresentada por Michel Foucault, à abordagem institucional. Acredita-se que a perspectiva

Foucaultiana apresente vantagens e contribuirá para uma melhor compreensão das dinâmicas das relações de poder no campo das organizações e sua correlação com os novos comportamentos reprodutivos das profissionais contemporâneas. Deste modo, a discussão e a análise parte do argumento de que os processos institucionais ocorrem dentro de campos discursivos e que as práticas que são institucionalizadas são práticas que funcionam, ou seja, práticas necessárias e úteis ao exercício do poder (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Posto isto, é necessário avaliar quais fatores tem influenciado as empresas em conceder tais benefícios. Deste modo, verifica-se que a temática necessita ser discutida de forma que concilie os fatos com as percepções, pois, por detrás deste cenário encontra-se a dinâmica das mudanças institucionais. Além disto, de acordo com a percepção de Grant (2016), os aspectos do isomorfismo estão presentes, ou seja, em busca de visibilidade social algumas organizações acabam cedendo às pressões formais e informais, explícitas ou sutis, por meio de coerção e/ou persuasão na busca por vantagens competitivas.

Deste modo, os motivos corporativos expõem o potencial de influência sob as trabalhadoras que através de processos de mudança organizacional, fazem a opção de postergarem a maternidade. Os estudos em Administração vêm recorrendo a outras áreas do conhecimento para integrar os estudos organizacionais, que têm se mostrado cada vez mais complexos e diversificados (ASSIS et al 2010).

Foucault propõe um tipo discussão em relação ao poder mais ampla que as convencionais, deixando de lado o que ele denomina “modelos de subordinação funcional ou isomorfismo formal”, que caracterizam a interconexão entre política e economia, essa conexão clama por uma forma diferente de abordar o problema (FOUCAULT, 1980, p.89). Em outras palavras, uma vez que o poder seja concebido de forma ampliada, precisamos de ferramentas também mais amplas para analisá-lo. (SILVA, 2016).

Apesar das empresas apresentarem esta proposta como um discurso de valorização do potencial destas profissionais que compõe seu corpo de colaboradores, ainda assim, se faz necessário investigar se por detrás deste

discurso não se encontram apenas estratégias para se obter vantagens competitivas, ou seja, para que as mulheres deem um enfoque cada vez maior na carreira e nos objetivos da empresa deixando de lado aspectos da vida pessoal.

Posto isto, emerge alguns questionamentos: ao patrocinar os tratamentos para procrastinação da maternidade, de fato as empresas estão implicadas em atender os interesses destas profissionais ou será que os interesses presentes são isomórficos, ou seja, mais adequados com os interesses das organizações? Além disto, pode se indagar: será que as práticas de concessão destes benefícios são na realidade práticas necessárias e úteis ao exercício do poder?

Para fazer esta reflexão e analisar estes questionamentos, pretende-se utilizar da perspectiva Foucaultiana de poder. Para Foucault o “poder é essencialmente aquilo que reprime”, nesse sentido, o poder reprime a natureza, reprime os instintos, reprime as classes e reprime os indivíduos (FOUCAULT, 1980, p.89). O poder é, portanto, concebido como um meio de repressão (AMORIM; PEREZ, 2010).

A partir desse ponto de vista, a análise do poder deve ser desenvolvida primeiramente pela análise dos mecanismos de repressão (SILVA, 2016). Daí surge um norteador para atingir o objetivo primeiro deste ensaio, responder a indagação: seria o fenômeno “patrocínio institucional da procrastinação da maternidade” um benefício legítimo? Ou seria tipo de (re) pressão histórica que persegue a mulher ao longo de décadas?

1 O comportamento reprodutivo das profissionais contemporâneas

Nas últimas décadas o menor interesse pela maternidade e a tendência de postergá-la, é um fenômeno notório em todo o mundo (CARVALHO, 2014). Nos Estados Unidos por exemplo, entre os anos de 1996 a 2006 houve um aumento de 50% de gestações de mulheres com idade a cima de 40 anos (CAPLAN; PATRIZIO, 2010). A maternidade a partir dos 35 anos é uma tendência observável em países desenvolvidos e em desenvolvimento (RIBEIRO et al 2014; BALDWIN; CULLEY, 2018).

No Brasil se nota um número crescente de mulheres que vem adotando o mesmo comportamento em relação à maternidade, principalmente aquelas de classe média à alta e que possuem uma carreira profissional (OLIVEIRA, 2005; BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007; CARVALHO, 2014; LEITE; FROTA, 2014).

Em uma pesquisa onde 48 mulheres executivas foram ouvidas, 35% das entrevistadas não possuíam filhos, das 65% que possuíam filhos 35% tinham apenas um filho. Os dados encontrados na pesquisa revelaram que 69% das executivas tiveram o primeiro filho dentro da faixa etária de 27 a 34 anos, e que 14% delas tiveram filhos dentro da faixa etária de 37 a 42 anos (SANTOS, 2012). Tais dados corroboram os achados do IBGE e do Ministério da Saúde. De acordo com os institutos, houve uma evolução de 1,9 % no ano de 2000 para 2,3% no ano de 2010 do percentual de mulheres que tiveram o primeiro filho na faixa etária de 40 anos (Brasil- Ministério Da Saúde, 2014; IBGE, 2010).

Neste contexto, percebe-se que a escolha pela maternidade muitas vezes se apresenta como um grande dilema para a mulher profissional, pois, ao mesmo tempo em que oferece realização pessoal pode se apresentar também como um empecilho à manutenção e/ou o crescimento profissional (SANTOS, 2012; FIORIN, OLIVEIRA; DIAS, 2014). Este dilema faz parte da realidade de uma fatia expressiva de profissionais em diferentes áreas de atuação (CORDEIRO, 2018).

Para muitas o trabalho além de ser considerado fonte de renda é também fonte de realizações e status social, por isso, a maioria destas mulheres considera difícil a tomada de decisão que possa sacrificar a carreira em detrimento da maternidade (GREENHAUS; POWELL, 2012). Neste sentido, lidar com a maternidade envolve uma constante negociação entre as demandas pessoais e as demandas de carreira (GREENHAUS; POWELL, 2012; HAIBO et al 2018).

Assim sendo, do contexto organizacional, emergem situações que evidenciam de forma implícita ou explícita as relações de poder para manter a “normalidade” das ações dos indivíduos, ou seja, manter um comportamento previamente esperado pela organização dentro e até mesmo fora empresa. Ao ofertarem programas que custeiem parcial ou totalmente

os procedimentos com a reprodução assistida de acordo com Minter (2014), os empregadores mesmo que implicitamente acabam por sugerir a ideia de que as dificuldades enfrentadas pela mulher contemporânea, no que diz respeito ao exercício da maternidade, como por exemplo, a possibilidade de se ausentar do mercado de trabalho com a chegada de um filho serão superadas, contudo, há percepções controversas (INHORN, 2015).

Uma pesquisa recente com mulheres que adiaram a maternidade e posteriormente optaram por vivenciá-la através das técnicas de reprodução assistida, apontou que embora a maternidade tenha ocorrido mais tarde, os dilemas e dificuldades enfrentados por estas mulheres durante a gestação, bem como após o nascimento do filho, foram praticamente os mesmos mencionados por mulheres que optaram ter seus filhos em idade considerada adequada pela medicina. Além disto, algumas das participantes da pesquisa relataram outros pontos negativos oriundos da procrastinação, tais como, o sofrimento emocional decorrente do tratamento, a falta de energia física para dar conta do equilíbrio carreira e vida pessoal e, por isso, algumas acabaram redirecionando ou até mesmo abdicando da carreira profissional (CORDEIRO, 2018).

Por isto, torna-se necessário compreender o sentimento e as percepções das profissionais que diante desses processos encontram possibilidade de procrastinarem a maternidade em função de sua carreira profissional (SALVADOR et al 2008; BALDWIN; CULLEY, 2018). Além disto, a relação entre a escolha pessoal da mulher pela procrastinação da maternidade e o interesse das organizações em patrociná-la necessitam ser analisadas de forma a se observar se, por parte das instituições, principalmente nas altas organizações do segmento de tecnologia, tal interesse se traduz como um mecanismo de poder e controle em relação a força de trabalho feminina (GRANT, 2016).

Uma vez que, o poder e cultura organizacional estão inter-relacionados, o uso do poder pode instrumentalizar a manutenção da cultura organizacional existente. Neste sentido, o poder pode se constituir como um instrumento que modela culturas de forma a manter a harmonia e o equilíbrio no interior da organização (SALVADOR et al 2008). Ao longo da história das organizações se observou a substituição da mão de obra do

trabalho repetitivo utilizadas na era administração científica, pela produção de bens e serviços baseados nas novas tecnologias de informação, por consequência, surgiu a necessidade de que as organizações criassem mecanismo para lidar com as novas formas de obtenção e análise da produtividade da sua mão de obra (AMORIM; PEREZ, 2010). Esta substituição pode ser notada claramente no comportamento da mulher contemporânea, em especial a de classe média à alta, em relação a sua atuação no mercado de trabalho. Elas são cada vez mais qualificadas e fazem parte de um quadro profissionais ultra requisitados. Por isso, as organizações tendem a se esforçar para conseguir mantê-las motivadas, e satisfeitas com o portfólio de benefícios da organização (CORDEIRO, 2018).

Com o objetivo de conhecer o modo de pensar, bem como a experiência vivida pelas mulheres, Alain Touraine (2007), por meio de uma pesquisa de campo, concluiu que as mulheres contemporâneas vivem um momento de recomposição sociocultural. Tal recomposição, se dá em termos culturais, em um movimento que diz respeito do deslocamento da “conjuntura feminina, definida como mulher-para-o-outro, para outra definida como mulher-para-ela-mesma” (ZOLIN, 2017, p.55). Noutras palavras, talvez se pudesse dizer de mulheres donas de sua vontade. Para Touraine (2007), a representação da mulher contemporânea é pautada na inquietude da busca por afirmação. Esta dinâmica aponta para atuação de mulheres consciente da trajetória que desejam estabelecer à própria vida; percurso que certamente não é o da vitimização.

Desta maneira, é possível constatar certa semelhança do caráter das reivindicações das mulheres contemporâneas em relação às lutas dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970, caracterizado pela capacidade e vontade de mudar, ao invés de manter a ordem estabelecida. Tal noção se liga também à ideia de sujeito, direitos e democracia (ZOLIN, 2017). Nesse sentido, a construção de si e consequente superação da histórica opressão feminina, continua sendo o desejo primordial das mulheres (TOURAINÉ, 2007). De acordo com Nogueira (2008), as principais mudanças nas conjunturas sociais não estão localizadas apenas na estrutura da economia, mas sim na estrutura da vida. Nesta perspectiva, o modo de vida das profissionais contemporânea, tem aspectos inusitados e

surpreendentes. Por isso, há uma necessidade eminente de renovação dos parâmetros de reflexão e pesquisa quanto ao comportamento reprodutivo feminino e sua correlação com as práticas de poder exercido pelas organizações (CORDEIRO, 2018).

2 A perspectiva do Feminismo Materialista e sua relação entre o adiamento da maternidade e o poder nas organizações

Anteriormente, uma grande parcela de feministas acreditavam que o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e a independência econômica que o acompanhava eram a principal via de acesso à libertação (FALQUET, 2013). No entanto, se apoiando nas teorias feministas materialistas francófonas e na correlação entre relações de poder e adiamento da maternidade, ou seja, imbricações decorrentes das relações sociais de sexo, e classe, se percebe que as coisas estão longe de ser tão simples

Nos termos do capitalismo contemporâneo, a centralidade do trabalho é uma condição quase que necessária na vida dos profissionais e está diretamente ligado ao discurso de “perseguir desejos, sonhos e conquistar liberdade” (CORDEIRO, 2018). Contudo, se observa que tais elementos, tão subjetivos aos profissionais, se encontram equiparados as demandas do próprio sistema de capital (ZANON, 2020).

Discurso como estes, estão presente e em pleno funcionamento nas organizações contemporâneas. Além disto se constituem como uma prática, de construção de sentido nas relações entre capital humano e as demandas capitalista.

Foucault (2009, p. 133), define a prática discursiva como um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço. Nas organizações estes discursos se manifestam, se cruzam, e são especificados por Abdalla e Altaf (2018) e Carrieri et al (2006), deste modo, é possível perceber a presença das dimensões sociais, culturais e simbólicas de exploração do capital humano feminino pelas organizações (ZANON, 2020).

O discurso implícito por detrás do patrocínio institucional do adiamento da maternidade, por exemplo, se apresenta como um dos patamares para constituição de significados quanto a construção da carreira

profissional das mulheres contemporâneas, principalmente para as de classe média (CORDEIRO, 2018). Neste contexto, Carrieri et al (2006), corroboram ao destacar que se reconhece pela pragmática do próprio discurso que o falar, é agir .

Assim, a análise da relação entre as temáticas poder, feminismo materialista e adiamento da maternidade, se manifestam como dispositivos importantes que operam sobre os indivíduos, alterando sua constituição enquanto sujeitos, bem como, alterando a relações entre os seus próprios corpos (SOUZA; FURLAN, 2018). Para Foucault (1995), o poder é permeado de singularidade. Sendo assim, opera por meio de múltiplas estratégias pelas quais exercem influência diversos pontos da vida destas profissionais (SOUZA; FURLAN, 2018), ou seja, é neste ponto em que os conceitos de Foucault em relação ao poder do discurso se cruzam e enriquece a construção deste trabalho.

Ao compreender que a existência do “nós” enquanto sujeitos, é produzida e modificada por discursos, se faz a correlação destes conceitos com os preceitos do feminismo materialista e a oferta institucional que envolve políticas e práticas de RH que contemplam a maternidade tardia e a reprodução assistida. Nesta perspectiva, é necessário investigar se o baixo interesse pela maternidade e a tendência de procrastiná-la, bem como a crescente demanda pelas técnicas de reprodução assistida, seja resultante do discurso gerencialista contemporâneo, ou seja, tal oferta, pode ser de fato um tipo de “pressão” sutil para que estas profissionais continuem trabalhando, sem que questões referentes à maternidade, “atrapalhe” sua produtividade.

Motta (1978), corrobora que no contexto da sociedade organizacional contemporânea, os atores organizacionais, “não agem em nome de motivos próprios reais, mas, sim, em nome de uma fantasia. Sua existência, como a da organização e da sociedade organizacional, se baseia na exploração, mesmo quando parece lutar contra isso" (MOTTA, 1978, p. 74). Neste contexto, o ideal capitalista, se propõe satisfazer os anseios, sejam pessoais, políticos e econômicos, desde que estejam alinhados com os seus próprios desejos (GAULEJAC, 2007).

Deste modo, a incorporação do trabalho de Foucault, bem como, as implicações do pós-estruturalismo, têm sido muito úteis para a historiografia feminista, em especial a ênfase dada por ele na materialidade do corpo e nos discursos de poder (BARRET, 1999). Acredita-se que as feministas se familiarizam com essas teorias, pois abordam questões centrais da agenda feminista, tais, como sexualidade, subjetividade e discurso.

A cultura atual, por exemplo, propaga a ideia da existência da possibilidade de livre escolha, e as organizações se favorecem deste cenário, utilizando sutilmente meios de enaltecer tais discursos que, por sua vez, são capazes de interferir objetivamente na subjetividade destas profissionais. De acordo com Zanon (2020), mesmo que a livre escolha, ou seja, a liberdade como valor humano indiscutivelmente tenha sido reivindicações dos movimentos sociais, paradoxalmente, é o capitalismo que vem conseguindo disseminar e legitimá-la como uma ideologia a ser consumida como a única plataforma por meio da qual a liberdade poderia ser alcançada. Nesta perspectiva, Laval e Dardot (2016), corrobora ao salientar que a liberdade se tornou uma obrigação de performance, ou seja, o comum não é mais o domínio e a regulação das pulsões, antes, porém, a sua intensiva estimulação.

Neste contexto, ser livre torna-se agora um elemento que dá base à construção da subjetividade do trabalhador enquanto sujeito. No entanto, não se trata do uso livre dos desejos, mas sim da concentração destes em uma única dimensão: "...da produtividade ligada ao trabalho, pois, sob essa regulação, a liberdade só se concretiza quando pavimentada sob a lógica do mercado" (ZANON, 2020 p.86).

Essas questões, já tomam conta de um debate feminista global, e vêm avançando cada vez mais, a ponto de descortinar contradições de grandes constructos teóricos, tais como a teoria social crítica marxista. Alguns estudos apontam que novas estratégias capitalistas vêm surgindo. O mercado vem se estruturando, criando estratégias, que mesmo quando "promove" a saída da mulher do espaço privado, só o fazem para "suprir" a mão de obra feminina necessária para o perfeito funcionamento da máquina capitalista (FALQUET, 2013).

Neste contexto, uma das questões de grande relevância para o debate feminista crítico está na teoria do valor, ou seja, nas intencionalidades em determinar o que se tornaria produtivo e improdutivo. A alemã Roswitha Scholz (2014), defende a crítica à ordem do capital a partir das “lentes” feministas para proteger a produção profícua e crítica que transita nas vertentes sem perder o teor de criticidade e materialidade, ou seja, defendia o uso da pluralidade da produção feminista, tais como o feminismo materialista para a análise da realidade social. (FALQUET, 2013).

Embora não seja uma novidade, sabe-se que foram as feministas francófonas as primeiras tanto na produção de conhecimento, quanto na apropriação de categorias marxistas a fim de lançarem análises diferenciadas sobre elas. Dada a divergência histórica entre classe e gênero, desafio era trabalhar no reconhecimento da opressão da mulher, sem que o conteúdo perdesse o status conferido as teorias críticas (ABREU, 2018; ANSCHAU, 2020; FALQUET, 2013).

O termo “feminismo materialista”, neste contexto, é usado com objetivo de se apresentar como um feminismo que reconhece a luta de classe, no entanto, crê que sua análise genérica é frágil, uma vez que não reconhece a dominação de sexos como algo presente nesta luta (ANSCHAU, 2020). Para elas a falta dessa análise naturaliza a divisão social do trabalho, favorecendo assim as estratégias capitalistas. Desta maneira, negam qualquer construção naturalista das relações de sexo, afirmando que não é apenas na biologia ou só na cultura que devem ser buscadas as causas da opressão, mas também nas relações de poder (ABREU, 2018; ANSCHAU, 2020; FALQUET, 2013).

Sendo assim, para estas feministas o fundamento da opressão deveria ser observado a partir da realidade concreta vivida pelas mulheres, considerando como estas profissionais estão engendradas no ordenamento de exploração pautada em termos econômicos. Desta maneira, o materialismo representa um recurso para a construção de uma análise não naturalista da opressão e embora não tenha rompido cem por cento com o marxismo, permitiu novas teorizações de suma relevância para o avanço dos estudos feministas (DELPHY, 2009).

Deste modo, é preciso observar as intencionalidades da divisão sexual do trabalho, sua materialidade, sua construção ideológica e como operam concretamente na exploração do trabalho das profissionais contemporâneas. Para analisá-lo, portanto, é necessário reformular ou apreender em outros termos algumas categorias. Hierarquia e conflitualidade entre “dois gêneros”, por exemplo, são categorias que precisam ser reformuladas, com vistas em excluir a falsa simetria existente entre homens e mulheres no contexto corporativo. Tal visão, deixa absolutamente intacto o problema de fundo, que seria a organização proposital e desigual do trabalho. (GUILLAUMIN, 1978; DELPHY, 2015).

Deste modo, ao adiarem a maternidade principalmente por questão ligadas ao trabalho, não estariam estas mulheres na contra mão da luta feminista? Estariam elas mais uma vez seduzidas pelo discurso genérico, onde dizer não a maternidade seria o mesmo dizer sim a liberdade? Tal prática parece ser a mesma exploração vestida com roupagem diferente se valendo de uma apropriação física completa, ao espírito e ao corpo destas mulheres, conforme Guillaumin (1978), salienta: um corpo pensado como “corpo-máquina de trabalhar”. Sendo assim, uma vez que a organização do trabalho se apoia sobre determinados elementos corporais, tomados como símbolos de masculinidade e feminilidade, somados a outras relações sociais, é extrema necessidade que se investigue de forma mais aprofundada as reais propostas existentes por detrás do discurso das organizações contemporâneas de patrocínio financeiro para adiamento da maternidade.

3 O poder do discurso na visão de Michel Foucault

As análises de Foucault acerca do poder receberam destaque em meados da década de 1970, quando conduzia no Collège de France algumas pesquisas que correlacionava as relações de poder, ao domínio do saber e ao controle das atividades humanas. Foi a partir destas pesquisas que o termo biopoder, ou seja, o poder sobre a vida, surgiu. Por meio destas reflexões Foucault procurou demonstrar como as relações de poder, estão presentes em todos os cenários sociais (RIBEIRO; ARAÚJO, 2016).

Para ele tais relações, são inerentes às pessoas, uma vez que o convívio social estruturalmente cria mecanismos capazes de controlar e corrigir ações e comportamentos considerados desviantes. Anteriormente, estes controles e correções ocorriam de forma explícita e coercitiva, na contemporaneidade, tais mecanismos operam de modo silencioso, perspicaz e contínuo (RIBEIRO; ARAÚJO, 2016). Deste modo, para Foucault o poder não ocorre somente como punição, mas principalmente por meio permanente de controle dos atos individuais (RIBEIRO; ARAÚJO, 2016; BARCELLOS, 2018). Além disto, Foucault salientava também que a constituição do poder não se encontra mais primordialmente na mão do Estado. Em sua visão, o Estado não constitui um elemento tão importante de poder como comumente se acredita (VIRGÍNIO, DELGADO & FORTES, 2011).

Na realidade, Foucault percebe que surgem formas diferenciadas de exercício do poder que não se encontram exclusivamente no Estado (FOUCAULT, 2007). As descobertas de pesquisa sintetizadas por Dagnino (2002) e Oliveira, (2004), corroboram ao salientar que há poderes periféricos que atuam concomitantemente ao Estado. Foucault defendia o argumento de que a articulação destes poderes periféricos seriam “indispensáveis inclusive para sua sustentação e atuação eficaz” (FOUCAULT, 2007, p.12). Deste modo, as análises indicam que os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, integrados ou não ao Estado (FOUCAULT, 2007; DAGNINO, 2002).

Portanto, o campo de atuação do poder é bastante amplo, sendo seu objeto expandido inclusive para a nossa vida (VIRGINIO; DELGADO; FORTES, 2011). Sendo assim, atuação do poder na vida cotidiana não ocorre exclusivamente através da repressão ou do poder coercitivo dos ordenamentos jurídicos impostos pelo Estado, mas também por meio do adestramento de nossas próprias ações (MUCHAIL, 2004). Este adestramento se dá com base no que se considera o padrão de normalidade para a sociedade, assim, a própria sociedade estabelece padrões repressivos para si. Ao tratar da disciplina impingida ao corpo Foucault demonstra que, por vezes, o corpo é tratado como um objeto a ser manipulado (MUCHAIL, 2004).

O bom adestramento do corpo acontece por meio da vigilância hierárquica, sanção normativa e recompensas (VIRGÍNIO; DELGADO; FORTES, 2011). Expressões como: “Ei! Não faça corpo mole”, “seja educado, responda direito”, “não fale isso, não se comporte assim”, pode estar recheadas de segundas intenções. Deste modo, o processo de adestramento ocorre de forma lenta e contínua, num ritmo quase que hipnótico, ou seja, a repressão só ocorre em última instância, pois, o foco principal é modelar, treinar, e conduzir o comportamento para o ideal esperado. (MUCHAIL, 2004; VIRGÍNIO; DELGADO; FORTES, 2011).

Posto isto, ao analisar a temática deste trabalho com as relações de poder nas organizações, introduz na arena central deste debate novas alternativas para se pensar as organizações e as práticas que lhe são inerentes (ASSIS et al 2010). Por meio da análise do poder sob a perspectiva Foucaultiana, tornará possível o surgimento de novas contribuições de análise quanto as práticas organizacionais de exercício de poder (PEREIRA; OLIVEIRA; CARRIERI, 2013), prioritariamente aquelas em que empregadores patrocinam a concessão de benefícios relacionados à reprodução humana (MINTER, 2014).

Ao discorrer sobre o estudo do poder, Michel Foucault (1995), propõe que este seja realizado sob a luz da interdisciplinaridade, pois considerava irreal a possibilidade de se construir uma teoria geral a respeito do tema. Para ele, estudar a temática poder era o mesmo que identificar a explicação oficial dos contextos, ou seja, a genealogia do próprio poder (AMORIM; PEREZ, 2010). Seu entendimento era de que não havia como identificar a natureza, essência ou características universais do poder, compreendendo a natureza interdisciplinar do tema. Deste modo, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas [...] formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. [...] não é objeto natural, uma coisa: é prática social, constituída historicamente (FOUCAULT, 1995, p. X). Uma vez que ele já havia constatado a impossibilidade de estudar o tema a partir de uma única perspectiva, seja a teoria política, a psicanalítica, ou a econômica, etc., Foucault, escolheu, então, a articulação de vários saberes para subsidiar seu estudo acerca do mesmo.

Amorim e Perez (2010), ao abordarem a questão fazem uma analogia para exemplificar o conceito com a antiga maneira de se medir a produtividade dos trabalhadores, ou seja, por meio do relógio de ponto. De acordo com as autoras, é inegável a importância do controle das horas trabalhadas para a dinâmica econômica, contudo, as autoras também destacam que não necessariamente esta seja a forma mais adequada de se apurar a produtividade dos colaboradores, ou seja, é “impossível estabelecer que o controle do tempo seja uma forma universal de exercer o poder” (AMORIM; PEREZ, 2010 p. 233).

Portanto, pode-se dizer que o exercício do poder é constituído historicamente em diferentes formas e representações. Sua prática certamente vem sofrendo modificações ao longo da história e muito provavelmente continuará sofrendo a medida que os contextos sociais forem se modificando (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Entretanto, é possível identificá-lo e analisar, como se manifesta nas instituições, nas leis, nos saberes e na relação “microfísica” entre pessoas (FOUCAULT, 2000). De acordo com Amarante e Caldas (2013), as práticas sociais fundadoras do poder serão sempre reconstruídas, mesmo que as leis e as instituições sejam dizimadas.

Nesta perspectiva, os conceitos foucaultianos sugerem que a “mecânica do controle é a permissão ou proibição para gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos, movimentos” (AMORIM; PEREZ, 2010 p. 234). Por isso, é possível perceber as mais diferentes maneiras pelas quais as organizações enxertam a prática do controle na constituição da cultura organizacional. Os mecanismos de controle são utilizados pelas organizações e na maioria das vezes são bem vistos, por exemplo, ao determinar metas e acompanhá-las, ao distribuir recompensas ou punições, ao monitorar a organização do tempo, do movimento e do espaço de cada um de seus trabalhadores.

No cotidiano das organizações contemporâneas, as práticas de gestão de pessoas, são orientadas para diferenciar os perfis de trabalhadores, por exemplo, líderes de liderados, alto escalão de “chão de fábrica”. É disseminado e até mesmo incentivado um discurso de que o nível gerencial e de alto escalão podem ser alcançados por todos. Contudo, na percepção de

Amarantes e Caldas (2013), e Amorim e Perez (2010), tal discurso à luz da ciência política e da experiência, pode significar uma tentativa de estimular a competição entre os trabalhadores, todos lutando contra todos, pelo papel de líder, ou seja, lugar de poder.

Neste contexto, a leitura de Foucault contribui para a compreensão desta dinâmica, ao tratar o poder como dominação e repressão, mas também como gerador de eficácia produtiva, riqueza estratégica e mudanças sociais (VIRGÍNIO; DELGADO; FORTES, 2011). Sendo dominação, gera resistência e movimentos de contrapoder, cujo objetivo é passar de dominado a dominador (ALONSO, 2009).

Para Foucault (1995), a prática do poder está imbricada à própria essência humana, condenando-os a exercerem e sofrerem com sua a prática, entretanto, as suas manifestações são dadas pelas circunstâncias. Para ele o poder pode ser carregado de positividade e/ou negatividade, dependendo da maneira como é exercido. Tanto Foucault (1995), como Gramsci (1992), abordam o poder como uma ferramenta de construção, como uma espécie de insumo para se conseguir o que quer que se pretenda, porém, este sempre está associado ao controle e à disciplina. A disciplina, irremediavelmente, gera a autodisciplina.

Nesta perspectiva, ao patrocinar tratamentos para procrastinação da maternidade, o discurso da organização parece ser de valorização e de empoderamento destas profissionais, contudo, concomitantemente, este discurso também sugere, mesmo que de forma velada, uma perpetuação de submissão e dominação marcada pela longa história de lutas femininas (MCLAREN, 2004). Por isso, “a expressão influenciar, usada pela quase totalidade dos autores originários da psicologia social para definir o ato de liderar, pode ser utilizada como sinônimo de controlar, no universo teórico de Foucault” (AMORIM; PEREZ, 2010 p.238).

De acordo com a percepção de Nogueira (2008), o mundo vivencia um paradoxo, ao mesmo tempo em que anuncia e promete muitas coisas extraordinárias, anuncia muita angustia e dificuldade. Ainda na percepção do autor, a sociedade contemporânea está se deslocando do lugar onde eram apenas as instituições que modelavam as condutas, estabelecia controle

quanto aos comportamentos e influenciavam as decisões, para um novo lugar onde os próprios indivíduos são levados a se automodelarem.

Dentre os processos de mudanças organizacionais emergem na atualidade o fenômeno; “patrocínio institucional da procrastinação da maternidade” como um forte potencial de influência sob os comportamentos reprodutivos das profissionais contemporâneas que fazem a opção de postergarem a maternidade para cada vez mais tarde em função da manutenção de suas carreiras profissionais (GRANT, 2016; CORDEIRO; 2018).

A teoria do capital humano, sugere uma reinterpretação dos elementos que até então eram entendidos como externo das relações de produção do capital. Ela passa a dar base para que projeções econômicas considerassem os atributos qualitativos do trabalhador como capitais capazes de gerar produtividade dentro do mercado (FOUCAULT, 2008).

Assim, a incorporação da importância acerca do capital humano na geração de renda corresponde ao início de uma fase neoliberal, não só das reorganizações práticas das formas de produção, mas das próprias agendas de gestão do mercado, que estavam sendo formuladas por teóricos econômicos desde a primeira metade do século XX. A teoria do capital humano se liga à concepção do neoliberalismo americano, cujo principal interesse, sobretudo teórico, era trazer a dimensão do trabalho e do trabalhador para o campo ativo da análise do mercado (FOUCAULT, 2008). (ZANON, 2020).

4 Considerações finais

A intenção neste ensaio foi apresentar uma discussão teórica a partir da perspectiva de Foucault, da correlação entre as temáticas: relações de poder nas organizações, feminismo materialista e o atual comportamento reprodutivo das profissionais contemporâneas. A discussão decorre da proposta realizada por algumas empresas que incluiu em seu rol de benefícios o patrocínio financeiro para congelamento de óvulos de suas colaboradoras. Para isto, o argumento inicial foi que as empresas podem gerar à expectativa de que suas colaboradoras adiam a maternidade

por meio do congelamento de óvulos ampliem sua capacidade laboral e prolonguem seu tempo de dedicação exclusiva à empresa.

Do ponto de vista teórico, o artigo se propôs extrapolar as análises convencionais da opressão feminina, se baseando, portanto, nas correntes francesa do feminismo materialista e na perspectiva Foucaultiniana das relações de poder nas organizações. Uma vez que estudos com esta temática não foram encontrados no Brasil, este estudo contribui com uma proposta acadêmica inédita e sua principal contribuição se apresenta no avanço de discursões e teorizações quanto as relações de poder e dominação feminina no cenário organizacional. O estudo oferece também novas possibilidades de análise para o problema da opressão feminina nas organizações, confrontando uma perspectiva puramente antagônica, categórica, onde masculino e feminino oprimem um ao outro, sugerindo, portanto, que é necessário extrapolar a perspectiva biológica das relações de gênero, aprofundando assim na compreensão das historicidades intrínsecas nas dimensões políticas, econômicas e discursivas das relações sociais.

Com base neste contexto e nos limites da bibliografia pesquisada, foi possível observar que as obras de Foucault se relavam como uma grande contribuição para compreensão da questão, à medida em que favorece o entendimento de como o exercício do poder está presente no discurso organizacional contemporâneo, principalmente no que diz respeito à prática de patrocínio da procrastinação da maternidade.

Além disto, a leitura foucaultiana trouxe outras contribuições ao destacar que o poder não é em si, positivo ou negativo. De acordo com a percepção de Foucault, são os objetivos e as formas pelos quais o poder se apresenta que lhe conferem positividade ou negatividade. Nesta perspectiva, observa-se que, de certa forma, as mulheres estão sendo “empurradas” para um procedimento que além de oneroso, não podem assegurar resultados garantidos no futuro.

Deste maneira, em resposta a pergunta central deste trabalho, pode se concluir que o patrocínio institucional da procrastinação da maternidade está ganhando status de benefício legítimo. Além disto, tanto as mulheres como a sociedade têm aceitado o congelamento de óvulos como uma ferramenta de valorização, empoderamento e até mesmo, como uma solução

tecnológica rápida para mitigar as dificuldades encontradas em equalizar a equação, carreira versus família. Contudo, para afastar a hipótese de que por detrás desta oferta não esteja entrelaçada a contenção histórica que persegue a mulher ao longo de décadas, faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada.

Percebe-se, portanto, que lidar com maternidade na contemporaneidade ainda é lidar com contradições sociais, bem como, com os possíveis prejuízos que a maternidade possa trazer para a imagem profissional da mulher. Deste modo, as mulheres vivem o dilema: se, por um lado, se vê como uma profissional muito competente, por outro, ela teme em assumir a maternidade.

Referências

ABREU, Maira. *Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão*. Revista Estudos Feministas, v. 26, n. 3, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237>

ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova: revista de cultura e política, n. 76, p. 49-86, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

AMARANTE, Juliana Marangoni; CALDAS, Lia Maura. *O poder sob a perspectiva de Foucault: contribuições para os estudos organizacionais*. Maringá Management, v. 9, n. 1, p. 7-16, 2012.

AMORIM, Maria Cristina Sanches; PEREZ, Regina Helena Martins. *Poder e liderança: as contribuições de Maquiavel, Gramsci, Hayek e Foucault*. Revista de Ciências da Administração, v. 12, n. 26, p. 221-243, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2010v12n26p221>

ANSCHAU, Quéli Flach et al. (2020) *As contribuições feministas à proteção social no estado capitalista*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2020.

ASSIS, Lilian Bambirra et al. *O isomorfismo entre executivos nas maiores empresas brasileiras*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 3, n. 1, p. 95-107, 2010.

BALDWIN, Kylie; CULLEY, Lorraine. *Women's experience of social egg freezing: perceptions of success, risks, and 'going it alone'*. Human Fertility, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/14647273.2018.1522456>.

- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Maternidade: novas possibilidades, antigas visões*. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652007000100012>.
- BARCELLOS, Letícia Vasconcelos. *Biopoder, gênero e sexualidade: Breves considerações sob a perspectiva de Michel Foucault*. In: I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos. 2018.
- BARRETT, Michèle; LIMA, Ana Cecília Acioli. As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea. *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1/2, p. 109-125, 1999. www.jstor.org/stable/43904085.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política [verbetes estabilidade política]*. 5º Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. BORDIEU, Pierre. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In _____. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 394-401. 1998.
- Brasil, Ministério da Saúde (BR). *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília (DF), (2014).
- CAPLAN, Art L.; PATRIZIO, Pasquale. *Are you ever too old to have a baby? The ethical challenges of older women using infertility services*. In: *Seminars in reproductive medicine*. © Thieme Medical Publishers, 2010. p. 281-286. DOI: 10.1055/s-0030-1255175.
- CARVALHO, Bruno Ramalho. *Quando é tarde para gestar?* Fertibaby Ceará, 2014. Disponível em: http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24837%3AQuando-e-tarde-para-gestar&catid=46%3Aartigos&Itemid=18, acesso em 13/02/2017.
- Cordeiro, Viviane Almeida. *Trabalho e relógio biológico: um estudo com mulheres que se submetem às técnicas de reprodução assistida*. 2018. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Editora Paz e Terra, 2002.
- FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. *Crítica Marxista*, v. 36, p. 9-25, 2013.
- FERREIRA, Marcelo Santana. *Passages between the writing and the biography in Michel Foucault and Walter Benjamin: ethical and methodological contributions*. *Revista Práxis Educativa*, v. 13, n. 3, 2018. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.13i3.0019.
- FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. *As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas*. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, Apr. 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>.
- FIORIN, Pascale Chechi; DE OLIVEIRA, Clarissa Tochetto; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

- FOUCAULT, Michel. *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Vintage, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar. Punir*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *O panoptismo. Vigiar e punir*, 162-187, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GONÇALVES, Rafael Bruno. *O conceito de ideologia na tradição (pós) marxista e pós-estruturalista*. I Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social, 2015.
- GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GRANT, Shelley et al. *Employer sponsored fertility preservation: debating institutional promotion of reproductive procrastination or choice*. Journal of Research in Gender Studies, v. 6, n. 2, p. 120-145, 2016.
- GREENHAUS, Jeffrey H.; POWELL, Gary N. *The family-relatedness of work decisions: A framework and agenda for theory and research*. Journal of vocational behavior, v. 80, n. 2, p. 246-255, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2011.12.007>.
- HAIBO, Yu et al. *Career adaptability with or without career identity: How career adaptability leads to organizational success and individual career success?* Journal of Career Assessment, v. 26, n. 4, p. 717-731, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1069072717727454>.
- HIRATA, Helena. *Gênero, patriarcado, trabalho e classe*. Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>.
- HARDY, Cynthia; CLEGG, Stewart R. *Alguns ousam chamá-lo de poder. Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, v. 2, p. 260-289, 2001.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2010_v37.pdf>. Acesso em 13/01/2017.
- INHORN, Marcia C. *The egg freezing revolution? Gender, technology, and fertility preservation in the twenty-first century*. Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences: An Interdisciplinary, Searchable, and Linkable Resource, p. 1-14, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0428>.
- LEITE, Renata Ramalho Queiroz; FROTA, Ana Maria Monte Coelho. *O desejo de ser mãe e a barreira da infertilidade: uma compreensão fenomenológica*. Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, v. 20, n. 2, p. 151-160, 2014.
- LOCKWOOD, Gillian M. *Social egg freezing: the prospect of reproductive 'immortality' or a dangerous delusion?*. Reproductive biomedicine online, v. 23, n. 3, p. 334-340, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbmo.2011.05.010>.

- MASON, Mary Ann; EKMAN, Tom. *Babies of technology: assisted reproduction and the rights of the child*. Yale University Press, 2017.
- MASON, Mary Ann; WOLFINGER, Nicholas H.; GOULDEN, Marc. *Do babies matter?: Gender and family in the ivory tower*. Rutgers University Press, 2013.
- MCLAREN, Margaret A. *Foucault and feminism: Power, resistance, freedom. Feminism and the final Foucault*, p. 214-234, 2004.
- MERTES, Heidi; PENNING, Guido. *Social egg freezing: for better, not for worse*. Reproductive biomedicine online, v. 23, n. 7, p. 824-829, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbmo.2011.09.010>.
- MINTER, Harriet. *By offering to freeze their employees' eggs, Apple and Facebook make it clear they don't know what women want*. The Guardian, v. 15, 2014.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. *A inteligência da complexidade* (Trad. NM Falcí). São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.
- MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault simplesmente*. Edicoes Loyola, 2004.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *A gestão em sintonia com a vida*. Serviço social em revista, v. 10, n. 2, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco Mesquita. *Desafios da participação popular no poder local*. Participação cidadã, p. 87, 2004.
- OLIVEIRA, J. de C. *Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- SILVA, Josué Pereira da. *Poder e direito em Foucault: Relendo vigiar e punir 40 anos depois*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 97, p. 139-171, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-6445139-171/97>.
- PEREIRA, Rafael D.; OLIVEIRA, Janete L.; CARRIERI, Alexandre P. *O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des) caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares*. Gestão. Org, v. 10, n. 3, p. 623-652, 2012.
- RIBEIRO, Fanciele Dinis et al. *Extremos de idade materna e mortalidade infantil: análise entre 2000 e 2009*. Revista Paulista de Pediatria, v. 32, n. 4, p. 381-388, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-05822014000400015>.
- RIBEIRO, Helena Cardoso; ARAÚJO, Carolina Pires. *O Estado e a sociedade: reflexões sobre gênero, status e poder*. Revista Vox, n. 03, p. 38-45, 2018.
- SALVADOR, Andressa et al. *A contextualização da resistência à mudança na cultura, nas relações de poder e no clima organizacional*. V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2008.
- SANTOS, Carolina Maria Mota. *As mulheres brasileiras: do espaço privado da casa para as posições executivas nas organizações brasileiras*. 2012. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIRGINIO, Darlyne Fontes; DELGADO, Anna Karenina Chaves; FORTES, Lore. *Microfísica do poder no turismo: reflexões sobre as relações de poder no Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte*. Caderno Virtual de Turismo, v. 11, n. 2, 2011.

ZOLIN, Lúcia Osana. *Pós-colonialismo, feminismo e construção de identidades na ficção brasileira contemporânea escrita por mulheres*. Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 14, n. 21, p. 51-70, 2017.

Recebido em outubro de 2022.
Aprovado em dezembro de 2022.